



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
Curso de História - Licenciatura

CONQUISTAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NOS PLANOS DE AÇÃO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL

Kamila Nogueira Cevidanes
Orientadora: Profa. Dra. Juliana Balestra

RESUMO: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no Curso de História - Licenciatura da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) sobre as conquistas e desafios da educação no Setor Educacional do MERCOSUL. O objetivo foi analisar os Planos de Ação do Setor na intenção de compreender o papel da educação para os projetos do bloco, a partir da gestão de diferentes governos. A metodologia utilizada envolveu a análise dos Planos de Ação do Setor de 1992 à 2016. Ao total foram seis Planos de Ação analisados (1992-1997; 1998-2000; 2001-2005; 2006-2010; 2011-2015, 2016-2020), o último com vigência até 2020. Nestes documentos observou-se os agentes políticos envolvidos, como presidentes, ministros da educação e demais especialistas que compõem o corpo técnico das propostas; as metas em destaque e suas respectivas justificativas e fundamentações, a criação e extinção de programas e comissões; agências de fomento sinalizadas; áreas priorizadas; conquistas e expectativas para a educação no bloco.

Palavras-chave: Educação - MERCOSUL - Planos de Ação

RESUMEN: El artículo presenta los resultados de una investigación realizada en el curso de Licenciatura en Historia de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA), sobre las conquistas y desafíos de la educación en el Sector Educativo del MERCOSUR. El objetivo fue analizar los Planes de Acción del Sector, con la intención de comprender el papel de la educación para los objetivos del bloque, a partir de la gestión de diferentes gobiernos. La metodología utilizada envolvió el análisis de los Planos de Acción del Sector desde 1992 al 2016. En total fueron analizados seis Planes de Acción (1992-1997; 1998-2000; 2001-2005; 2006-2010; 2011-2015, 2016-2020), el último en vigencia hasta el 2020. En estos documentos se observó a los agentes políticos envueltos, como presidentes, ministros de educación y demás especialistas que componen el cuerpo técnico de las propuestas; las metas en destaque y sus respectivas justificativas y fundamentaciones; la creación y extinción de programas y comisiones; agencias de fomento señalizadas; áreas priorizadas; conquistas y expectativas para la educación en el bloque.

Palabras clave: Educación - MERCOSUR - Planes de acción

O MERCOSUL E A EDUCAÇÃO

Mudanças significativas marcaram o retorno das democracias na América do Sul, após longo período de ditaduras nos países da região. A principal delas foi a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), no início dos anos de 1990. O bloco foi estruturado após seis anos de tratativas sobre projetos e propostas de integração regional desde a assinatura da Declaração do Iguazu, em 30 de novembro de 1985, pelos então presidentes José Sarney (Brasil) e Raúl Alfonsín (Argentina)¹.

O MERCOSUL foi criado em duas etapas. A primeira, em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção pelos então presidentes Carlos Menem (Argentina), Fernando Collor de Mello (Brasil), Andrés Rodríguez (Paraguai) e Luis Alberto Lacalle (Uruguai); e a segunda, com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994. Destaca-se que na assinatura do Protocolo de Ouro Preto apenas Argentina e Uruguai mantinham os mesmos presidentes que firmaram o Tratado de Assunção, pois Fernando Collor (Brasil) havia renunciado após a abertura de um processo de *impeachment*, em dezembro de 1992, e Andrés Rodríguez (Paraguai) havia terminado seu mandato em 1993. Desta maneira, assinaram o Protocolo de Ouro Preto os presidentes Itamar Franco (Brasil) e Juan Carlos Wasmosy (Paraguai). É possível afirmar, portanto, que o Tratado de Assunção (1991) foi responsável pela criação do MERCOSUL e o Protocolo de Ouro Preto (1994) pela sua implementação, com a criação da estrutura institucional do bloco.

As justificativas e motivações para a criação do bloco, conforme consta nos seus documentos de fundação, são a livre circulação de bens serviços e fatores produtivos, a eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias, o desenvolvimento científico, a modernização da economia, o aproveitamento eficaz dos recursos disponíveis e a

¹ De acordo com Pennaforte e Martins (2017), o MERCOSUL representa uma mudança de paradigma na política platina, o que era ensaiado desde a “*Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata*” de janeiro de 1967, e que previa a cooperação para assuntos de aproveitamento hídrico entre Argentina, Brasil e Paraguai. Segundo os autores, a Bacia do Rio da Prata era então compartilhada por uma gama de interesses políticos e econômicos, derivados da sobreposição dos objetivos geopolíticos da Argentina, do Brasil e do Paraguai. Após a Declaração de Iguazu de 1985, a assinatura da Ata para a Integração Brasil-Argentina (1986) criou o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). A Ata seria a base para a criação do MERCOSUL, obedecendo aos seguintes parâmetros: 1) flexibilidade: permitir ajustamentos no ritmo e nos objetivos; 2) gradualismo: avançar em etapas anuais; 3) simetria; 4) harmonizar as políticas específicas que interferem na competitividade setorial; 5) equilíbrio dinâmico: propiciar uma integração setorial uniforme. Na sequência, em 1988, Brasil e Argentina assinaram um Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento com o objetivo de fixar uma área de livre comércio em um prazo de dez anos. Ao total, foram assinados 24 protocolos sobre diversos temas, tais como: bens de capital, trigo, produtos alimentícios industrializados, indústria automotriz, cooperação nuclear, transporte marítimo e transporte terrestre. Em julho de 1990 foi assinada a “Ata de Buenos Aires”, que reduziu o prazo para a criação de uma área de livre comércio em quatro anos e meio até dezembro de 1994, e o objetivo da integração passaria a ser a formação de um mercado comum. Em dezembro de 1990 foi assinado o Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE14), incorporando os 24 Protocolos anteriormente acordados e que se constituiu no referencial adotado, posteriormente, no Tratado de Assunção.

preservação do meio ambiente (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991. Cap. 1, Art. 1). No Protocolo de Ouro Preto (1994), por sua vez, estão contidas as determinações que criaram a estrutura institucional do bloco e seus respectivos órgãos, a saber:

- I - O Conselho do Mercado comum (CMC);
- II - O Grupo Mercado Comum (GMC);
- III - A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- IV - A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- V - O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES)
- VI - A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Cada um desses órgãos teve suas funções especificadas no Protocolo. Os órgãos com capacidade decisória são o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do Mercosul, evidenciando a prioridade das pautas econômicas. No Protocolo também ficou estabelecido que os idiomas oficiais para a emissão de documentos são o português e o espanhol² e que a sede administrativa estará na cidade de Montevideu, capital do Uruguai, em caráter permanente. Sobre a presidência do Conselho do Mercado Comum (CMC), acordou-se que ela deve ser estabelecida de maneira rotativa, a cada seis meses, considerando a ordem alfabética dos países. Dessa maneira, os chamados “Estados Partes” possuem o mesmo poder de decisão e não há superioridade política de um país sobre outro.

Além dos “Estados Partes” que compõem o MERCOSUL, o bloco conta também com “Estados Associados”. O que diferencia os Estados Associados dos Estados Partes diz respeito a não adoção integral da Tarifa Externa Comum (TEC), algo que é obrigatório aos países signatários. Além disso, os Estados Associados não possuem poder de voto nas comissões instauradas pelos órgãos vinculados ao MERCOSUL. Atualmente são Estados Associados, por ordem de ingresso: Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004), Guiana (2013) e Suriname (2013). A Venezuela tornou-se Estado Parte em 2012, todavia encontra-se suspensa desde 2017 por não atender ao artigo 5º da Cláusula Democrática do Mercosul³. A Bolívia, por sua vez, se tornou Estado Associado em 1996 e desde 2015 está em processo de adesão como Estado Parte, mas ainda não possui poder de voto nas decisões do bloco.

² Em janeiro de 2006 o Guaraní também foi declarado língua oficial do Mercosul, ratificada na Decisão Nº 35/2006, tomada pelo Conselho do Mercado Comum do Sul.

³ Para melhor compreensão da Cláusula Democrática do Mercosul recomenda-se a leitura do Protocolo de Ushuaia (1998) e para uma abordagem crítica das definições de democracia contidas no protocolo, recomenda-se a leitura de MONTE; ANASTASIA (2016), ambas referências citadas na bibliografia ao final do artigo.

Passados quase 28 anos da criação do bloco, muitas questões permanecem latentes no processo de integração regional, como o próprio ideal integracionista. Como aponta Pennaforte e Martins (2017), não existe uma visão unificada a respeito do que seria o MERCOSUL e isso faz com que as estratégias do bloco estejam sempre sujeitas às mudanças na política interna dos países participantes, levadas à frente pela concepção de mundo das elites e dos respectivos partidos que ocupam o poder. Com isso, a integração nunca figurou como um objetivo primordial do bloco, a não ser na retórica.

O que verificamos com o MERCOSUL ao longo desse primeiro quarto de século foram “lampejos” pela integração e que ao primeiro sinal de dificuldades estancaram o ímpeto integracionista. Sem vantagens concretas para todos, o chamado spill-over, a credibilidade da integração perde força e não avança. Dimensão que afeta estruturalmente o bloco (PENNAFORTE; MARTINS, P. 2017).

Para Pennaforte e Martins (2017), um segundo problema diz respeito às assimetrias intra-bloco, que dificultam o planejamento em bloco de soluções para problemas que não são os mesmos em todos os países. Por outro lado, como a integração prevista não é só a comercial, é preciso destacar os avanços nas áreas da Educação e Direitos Humanos, a criação do Centro MERCOSUL de Promoção do Estado de Direito, do Observatório da Democracia no MERCOSUL, do Instituto Social do MERCOSUL e a formação de um parlamento próprio do bloco (PARLASUL). Neste trabalho, estão em pauta os avanços na Educação.

No mesmo ano de criação do MERCOSUL, em dezembro de 1991, foi realizada uma Reunião de Ministros da Educação dos Estados Partes (RME) para discutir o papel da educação no bloco recém criado. O objetivo, conforme consta nos documentos produzidos, era pensar o papel da educação na construção de identidades regionais integradoras, que superassem as rivalidades nacionais e facilitassem a adesão dos Estados à proposta de integração econômica do bloco. Desde cedo, portanto, estava claro que o êxito das trocas e intercâmbios promovidos pelo bloco dependia da formação dos cidadãos envolvidos, para se reconhecerem e atuarem como bloco - e o caminho apontado para isso foi a educação. Nesta primeira RME os ministros participantes foram - Antonio Salonia (Argentina), Hugo Estigarribia Elizeche (Paraguai), Antonio Teixeira de Souza Júnior (Brasil) e Guillermo Garcia Costa (Uruguai), que assinaram um Protocolo de Intenções declarando:

1. Seu compromisso histórico ante a vontade de integração dos Estados Membros, tendo por base os princípios fundamentais da democracia, igualdade e cooperação, preservando a identidade e liberdade dos povos;
2. A necessidade de melhorar a qualidade dos recursos humanos no âmbito do MERCOSUL de alcançar um desenvolvimento equilibrado em toda a Região, nos diversos setores;

3. A conveniência de fomentar os programas de formação e intercâmbio de docentes, especialistas e alunos com o objetivo de facilitar o conhecimento da realidade que caracteriza a Região e promover um maior desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico;
 4. O interesse de difundir o aprendizado dos idiomas oficiais do MERCOSUL - Espanhol e Português - através dos Sistemas Educacionais formais, não formais e informais;
 5. O propósito de favorecer a articulação, a equiparação e a convalidação entre os diferentes Sistemas Educacionais, em todos seus níveis e modalidades;
 6. O compromisso de propiciar a criação, o desenvolvimento e a consolidação de sistemas de informação, comunicação e pesquisa entre os Estados Membros;
 7. A necessidade de garantir um nível adequado de escolarização, assegurando uma educação básica para todos, respeitadas as características culturais e lingüísticas dos Estados Membros;
 8. A necessidade de estimular maior interação na relação educação-trabalho-emprego, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida.
- (MERCOSUL/SEM, 1991. p. 02)

Ao final do documento, os ministros propõem:

1. Criar a Comissão de Ministros de Educação, que será o órgão responsável para tomar decisões referentes às contribuições que o Sistema Educacional possa oferecer ao desenvolvimento das políticas do MERCOSUL. Esta Comissão:
 - a) será integrada pelos Ministros de Educação dos países signatários do Tratado de Assunção;
 - b) se reunirá todas as vezes que julgar necessário e pelo menos uma vez por semestre;
 - c) será presidida pelo Ministro de cada Estado-Membro, em forma rotativa, por períodos de seis meses;
 - d) poderá solicitar a colaboração de organismos nacionais e internacionais e de outras entidades que considere pertinente;
 - e) empreenderá as gestões necessárias que possibilitem a inter-relação da Educação com as áreas de Cultura, Ciência e Tecnologia;
 - f) será assistida permanentemente por um Comitê Coordenador Regional.
 2. Propor ao Conselho do Mercado Comum a criação de um Subgrupo de Trabalho no campo da Educação, ampliando o Anexo V do Tratado de Assunção.
- (MERCOSUL/SEM, 1991. p. 03-04)

Assim, nesta primeira reunião de dezembro de 1991, no mesmo ano de criação do bloco, criou-se o Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), vinculado ao Conselho do Mercado Comum (CMC). A partir daí, os Ministros da Educação dos Estados Partes, e posteriormente dos Associados, passam a se reunir periodicamente para traçar metas e objetivos para educação no bloco, bem como encontrar respostas para os desafios que se apresentaram nesses percursos. Os documentos elaborados nessas reuniões são chamados de Planos de Ação, em análise neste trabalho.

Sobre a relação do MERCOSUL com a educação, concordamos com Silveira (2016) ao inferir que a educação seria mais uma atividade a ser comercializada no bloco:

[..] o MERCOSUL [...] além de basear-se na abertura aos mercados mundiais e no papel do Estado como regulador, normalizador, fiscalizador e catalisador das atividades econômicas apóia-se na integração de outros setores como o cultural e o educacional [...] que inclui a educação como atividade a ser comercializada (SILVEIRA, 2016. p. 908-909).

Nesta medida, cabe destacar que na década de 1990 estava em pauta a consolidação de um modelo neoliberal de organização política e econômica para os países da América Latina e que as propostas do bloco, pelo projetos políticos dos governantes envolvidos, se alinhavam a este modelo. Para Duménil e Lévy (2006), o neoliberalismo pode ser considerado uma nova fase do capitalismo, tendo como interlocutores economistas e intelectuais vinculados à “Escola de Chicago”⁴, após a celebração do “Consenso de Washington”⁵. Acerca dos objetivos do neoliberalismo, Ibarra (2011) aponta que se propunha era a redução do intervencionismo estatal e do raio de ação da política na economia, por interferirem na liberdade individual e se apresentarem como uma fonte de corrupção. Para Ibarra (2011), a chamada “utopia neoliberal” pode ser descrita da seguinte forma:

exalta as virtudes abstratas dos mercados, dos prêmios aos mais aptos, da competitividade, da eficiência, das ganâncias, dos direitos de propriedade, e da liberdade de contratação. Critica, em contrapartida, a intervenção estatal e a própria política, taxando-as de perniciosas e ineficientes. Assim se articulam as teses e se prepara o salto à ideia de que os mercados constituem o miolo de um sistema social ideal, automático, o qual garante o bem-estar e a prosperidade. (IBARRA, 2011. p. 239).

Para Martins e Oliveira (2015), as condições para a implementação do neoliberalismo na América Latina envolviam a redemocratização dos países que passaram por longos anos de governos autoritários; o direcionamento de um olhar mais apurado para as questões relacionadas aos Direitos Humanos; a inserção de princípios do liberalismo econômico na política dos países e a abertura das relações comerciais locais ao mundo globalizado. Além das condições supracitadas,

⁴ O termo “Escola de Chicago” foi concebido na década de 1950 para se referir aos professores que lecionavam no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, bem como em áreas acadêmicas relacionadas como a Escola Superior de Administração e a Faculdade de Direito, que defendiam a necessidade de mercados concorrenciais e livres do intervencionismo estatal para uma maior eficiência da economia.

⁵ A expressão “Consenso de Washington” foi criada pelo economista John Williamson para referir-se a um conjunto de medidas elaboradas para garantir e auxiliar a realização de reformas estruturais na América Latina na década de 1990. Essas medidas foram “sugeridas” em uma reunião convocada pelo Institute for International Economics em 1989, em Washington D.C., sob o tema “*Latin American Adjustment: How much has happened?*”. Dessa reunião participaram diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano (PORTELLA, 1994).

destaca-se que as premissas preconizadas pelo neoliberalismo dizem respeito à diminuição da presença do Estado e a abertura do mercado e do sistema produtivo, o que significa que o Estado apenas ofereceria a possibilidade de competição entre os indivíduos, eximindo-se de suas funções na promoção de políticas sociais (CERVO, 2007). Todas essas medidas foram observadas pelos países do Cone Sul concomitantemente com a criação do MERCOSUL e é neste contexto de significativas mudanças que SEM é consolidado.

Ao analisar toda esta conjuntura, observa-se que os documentos oficiais do SEM dão destaque à educação, demonstrando o papel importante que possui na consolidação dos objetivos preconizados. Entretanto, a conjuntura estabelecida indica uma tendência a considerar a educação como mais uma mercadoria a ser comercializada, atendendo aos objetivos do próprio mercado, especialmente no que se refere à necessidade de mão de obra especializada e de baixo custo. A inserção do setor empresarial nos financiamentos educacionais e a conseqüente diminuição da participação do Estado permite que a educação na região seja vista como um negócio rentável. Assim, alinhado ao modelo neoliberal, o MERCOSUL e o SEM se complementaram.

OS PLANOS DE AÇÃO DO SEM

Os Planos de Ação do SEM são constituídos por metas, desafios, estratégias, justificativas e fundamentações para a realização de projetos educativos no bloco. Desde 1991 foram traçados seis Planos de Ação: o 1º para o período de 1992 a 1997 e renovado em dezembro de 1994, porque grande parte das metas traçadas não foram alcançadas; o 2º de 1998 a 2000; o 3º de 2001 a 2005, o 4º de 2006 a 2010; o 5º de 2011 a 2015; e o 6º de 2016 a 2020, em vigência atualmente. Nos primeiros, destaca-se a intenção de criar estratégias e programas que facilitassem a integração de currículos, a mobilidade de estudantes de diferentes níveis, a difusão das línguas oficiais dos Estados Parte, a criação de um fundo de financiamento próprio e a construção de uma consciência cidadã favorável à integração, que passava pelo ensino de História e Geografia regional. Nos planos posteriores o que se observa é o esforço para institucionalizar esses programas e, nos últimos, a preocupação está na consolidação dos programas criados, como indica a tabela a seguir.

PLANOS DE AÇÃO DO SETOR EDUCACIONAL DO MERCOSUL			
1º 1992-1997	<ul style="list-style-type: none"> • Consciência favorável à integração • Capacitação de recursos humanos • Formação técnico-profissional e de alto nível 	4º 2006-2010	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas de Fronteira • Educação para a paz, direitos humanos, meio ambiente e democracia • Diversidade étnica e cultural
2º 1998-2000	<ul style="list-style-type: none"> • Compatibilização currículos • Intercâmbio de alunos e docentes • Programas de avaliação e credenciamento 	5º 2011-2015	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Infantil • Universalização do ensino • Relação educação e emprego
3º 2001-2005	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de professores - PASEM • Ensino das línguas oficiais • Educação Tecnológica 	6º 2016-2020	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão e consolidação do Sistema ARCU-SUL e de programas como o Parlamento Juvenil, Caminhos do MERCOSUL e Escolas Interculturais de Fronteira

Autoria própria.

Ao longo da criação dos Planos de Ação do SEM foram criados e extintos programas e comissões que se ajustavam de acordo com as necessidades e objetivos de cada plano.

► 1º PLANO DE AÇÃO (1992-1994 / 1995-1997)

O 1º Plano de Ação do SEM (1992-1994) foi firmado através do Protocolo de Intenções, assinado em 13 de dezembro de 1991, em Brasília-DF (Brasil), pelos Ministros da Educação dos Estados Partes, e regulamentado através da Decisão Nº 07/92 do CMC. Na época, os presidentes dos Estados Parte ainda eram Fernando Collor de Mello (Brasil), Carlos Menem (Argentina), Andrés Rodriguez (Paraguai) e Luis Alberto Lacalle (Uruguai). Os Ministros da Educação, que assinaram o documento, eram o professor universitário Antônio de Souza Teixeira Jr. (Brasil), o professor Antonio Salonia (Argentina), o professor universitário Hugo Estigarribia Elizeche (Paraguai) e o advogado Guillermo Garcia Costa (Uruguai). Destaca-se aqui, que entre o grupo de quatro pessoas responsáveis por traçar o 1º Plano de Ação, três eram professores. Nessa perspectiva, as primeiras metas traçadas pelo Setor foram:

1. Formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração;
 2. Capacitação de recursos humanos para contribuir ao desenvolvimento;
 3. Compatibilização e harmonização dos sistemas educacionais.
- (MERCOSUL/SEM, 1991. p. 03)

Neste 1º Plano considera-se que a educação tem um papel fundamental para a consolidação da integração regional, que a história e a herança cultural dos indivíduos que fazem parte do MERCOSUL está entrelaçada e que tem a Educação, como processo gerador e transmissor de

valores e conhecimentos científicos e tecnológicos, além de sua finalidade formadora e produtiva, pode constituir-se em meio eficaz de modernização para os Estados-Partes. Para isso, estipula-se como metas:

- Criar a Comissão de Ministros da Educação (CME);
 - Fomentar os programas de intercâmbio de docentes, especialistas e estudantes no bloco;
 - Difundir os idiomas oficiais do MERCOSUL - português e espanhol, por meio de sistemas educacionais formais, não-formais e informais;
 - Criar, desenvolver e consolidar sistemas de informação, comunicação e pesquisa entre os Estados-Partes;
 - Estimular maior interação na relação educação/trabalho/emprego, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida;
 - Garantir um nível adequado de escolarização, assegurando uma educação básica para todos, respeitando as especificidades e particularidades de cada Estado-Parte.
- (MERCOSUL/SEM, 1991. p. 03)

O Plano I foi prorrogado duas vezes, em 1994 e 1997, considerando-se as dificuldades de implementar as metas traçadas. Entre suas principais conquistas destaca-se:

- A aprovação de protocolos que facilitam o reconhecimento e equiparação de estudos e a livre circulação de estudantes;
- O início de trabalhos de adequação dos currículos de educação básica, no que se refere à aprendizagem das línguas oficiais do MERCOSUL e ao ensino de História e Geografia, e dos currículos de formação técnico-profissional, na perspectiva da formação por competência;
- A aprovação de protocolos para facilitar o intercâmbio de docentes universitários e a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação;
- A constituição do Sistema de Informação e Comunicação do Setor Educacional do MERCOSUL;
- A elaboração de um mecanismo de credenciamento de cursos universitários.

Ao afirmar que a educação tem “finalidade formadora e produtiva” o documento demonstra que esta formação não tem por objetivo desenvolver nos indivíduos o pensamento crítico, mas que sejam ensinados a produzir, o que corrobora para entendermos o papel almejado para a Educação no bloco. O mesmo se observa nas metas traçadas, entre as quais destaca-se “estimular maior interação na relação educação/trabalho/emprego, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida” (MERCOSUL/SEM, 1991. p. 04). Nesta meta observa-se que a educação é tratada como algo para atender às necessidades do mercado, pois o foco está em ampliar as relações entre educação, trabalho e emprego. Além disso, ao se propor “compatibilizar e harmonizar os sistemas educacionais” também é possível que seja à serviço de interesses de mercado, tanto para facilitar a migração de mão de obra especializada, quanto para a oferta de cursos pagos e circulação de

materiais didáticos, que poderiam ser oferecidos ao bloco todo, o que sem dúvida só é possível com a compatibilização e harmonização dos sistemas de ensino.

► 2º PLANO DE AÇÃO (1998-2000)

A partir de 1998 os presidentes dos Estados Partes e Associados eram: Fernando Henrique Cardoso, (Brasil), Juan Carlos Wasmosy (Paraguai), Carlos Menem (Argentina), Julio María Sanguinetti (Uruguai), Eduardo Frei Ruiz (Chile) e Hugo Banzer Suarez (Bolívia). Da análise de suas políticas governamentais e dos seus encaminhamentos para o bloco é possível inferir que todos também estavam alinhados ao modelo neoliberal de economia. Nesse ano, os ministros e representantes da Educação dos Estados-Partes e Associados assinaram um documento intitulado “Compromisso de Brasília”, que apresentava o 2º Plano de Ação do Setor para o bloco para o período entre os anos de 1998 e 2000. Pelo Brasil, quem assinou o documento foi o economista Paulo Renato de Souza (que manteve-se no cargo de 1995 até o final do segundo mandato de FHC); pelo Paraguai, Rafael Jacobo, advogado (vice-ministro); pela Argentina, Manuel García Solá, advogado (à época, vice-ministro, ocupando o cargo de ministro no ano seguinte); pelo Uruguai, Antonio Guerra, professor (subsecretário de Educação e Cultura); pelo Chile, Maria Josefina Bianchi, socióloga (Chefe do escritório de Relações Internacionais do Ministério da Educação chileno) e pela Bolívia, Tito Hoz de Villa Quiroga (advogado, ministro durante todo o mandato do então presidente Hugo Banzer Suarez).

O primeiro ponto que chama à atenção neste documento é que na maioria dos casos, quem participou da reunião e assinou os documentos não foram os Ministros da Educação, mas seus “representantes” - vice-ministros, subsecretários e chefe de escritório de relações internacionais, o que pode indicar perda de prestígio do Setor e, conseqüentemente, do papel da educação no bloco. Depois, cabe destacar a formação dos envolvidos na elaboração das metas traçadas - economistas, advogados e apenas um professor, o que também pode implicar na visão sobre a educação para o Setor.

O 2º Plano de Ação foi estruturado da seguinte forma:

- Primeira Parte: Termos de Referência para a Definição do Plano Trienal do Setor Educacional do MERCOSUL, 1998-2000;
- Segunda Parte: Plano Trienal 1998-2000 do Setor Educacional do MERCOSUL;
- Terceira Parte: Compromisso de Brasília – Metas do Plano Trienal para o Ano 2000

O documento define duas áreas prioritárias que deveriam ser contempladas pelo bloco: a primeira estava voltada para o “desenvolvimento da identidade regional, por meio do estímulo ao conhecimento mútuo e a uma cultura de integração”; e a segunda para a “promoção de políticas regionais de capacitação de recursos humanos e melhoria na qualidade da educação” (MERCOSUL/SEM, 1998. p. 04). Para a primeira área, as medidas adotadas deveriam contemplar a mobilidade de professores e alunos através de programas específicos, a criação de redes e programas de cunho regional, bem como o favorecimento da aprendizagem dos idiomas oficiais do MERCOSUL e a difusão das artes, cultura e literatura regional, por meio dos currículos escolares de cada Estado-Parte e Associado e do aperfeiçoamento profissional dos agentes educacionais envolvidos sobre a temática. Para a segunda área, as estratégias adotadas deveriam contemplar a realização de estudos estratégicos a fim de identificar as necessidades da região, no intuito de melhorar a formação dos envolvidos, incorporação de novas tecnologias associadas ao ensino, otimização dos processos de formação docente e fomento à cooperação intrarregional.

O 2º Plano justifica sua criação pelo reconhecimento do valor intrínseco dos instrumentos de integração educacional para potencializar a integração econômica, compreendendo que, em um mundo globalizado, os esforços empreendidos pelos governos nacionais no tocante ao desenvolvimento e ao crescimento de um país não são suficientes para consolidar estes aspectos. Por isso, torna-se necessário pensá-los “em bloco”, fazendo as alianças necessárias e ampliando os investimentos na melhoria da qualidade de recursos humanos, com ciência, tecnologia aplicada aos métodos de produção, menos pela disponibilidade de mão de obra barata e aproveitamento dos recursos naturais. Este plano tinha como metas alcançar um nível de excelência e universalização da educação, diminuir as injustiças sociais, eliminar a pobreza e ampliar a competitividade do mercado por meio da capacidade e produtividade dos indivíduos envolvidos. Para consolidar estas metas, o SEM, juntamente com os governos dos Estados-Partes, se incumbiriam de pressionar os sistemas educacionais no sentido de continuar a melhorar a qualidade da educação e controlar a qualidade do trabalho para assegurar a formação de competências (saberes, práticas e atitudes) em níveis equivalentes e credenciáveis para promover a integração regional do bloco.

Entre as principais conquistas do 2º Plano destaca-se:

- A coordenação de instâncias de trabalho a nível intergovernamental para a definição de marcos conceituais, normativos e operativos;
- A aprovação de acordos e protocolos de integração educacional nos níveis de educação básica, médio-técnica, não-técnica e universitária;
- A sensibilização para a aprendizagem dos idiomas oficiais do MERCOSUL;

- A articulação com organismos internacionais a fim de captar experiências em desenvolvimento e coordenação de projetos regionais;
- Criação e teste do “Projeto MEXA”.

A análise das propostas e metas do 2º Plano evidenciam a educação como formadora de mão de obra, principalmente no que se refere à postura que os Estados-Partes deveriam adotar para pressionar os sistemas educacionais no desenvolvimento de competências que controlassem a qualidade do trabalho. Sabe-se que esta proposta de “formação por competências” é conhecida por ser uma exigência dos programas neoliberais para a educação, especialmente para a obtenção de financiamentos externos. Desvincula-se assim a função do processo educacional, relacionada à construção da cidadania e ao desenvolvimento de um pensamento crítico, e a substituem pela adaptação dos jovens aos moldes delineados pelo mercado de trabalho.

► 3º PLANO DE AÇÃO (2001-2005)

Na data de assinatura do 3º Plano de Ação, os presidentes dos Estados-Partes e Associados eram: Fernando Henrique Cardoso (Brasil), Fernando de La Rúa (Argentina), Luis Ángel González Macchi (Paraguai), Jorge Battle (Uruguai), Hugo Banzer Suarez (Bolívia) e Ricardo Lagos (Chile). Assinaram o documento os seguintes Ministros da Educação: o economista Paulo Renato de Souza (Brasil), o sociólogo Andrés Delich (Argentina), o advogado Nicolás Zárate Arellano (Paraguai), o advogado Antonio Mercader (Uruguai), o advogado Tito Hoz de Vila Quiroga (Bolívia) e a professora Mariana Aylwin Oyarzún (Chile). Todos eram Ministros da Educação e apenas uma era professora. Os ministros do Brasil e da Bolívia permaneceram no cargo entre um plano e outro, o que pode indicar certa continuidade nas metas traçadas.

O 3º Plano destaca como objetivos o fortalecimento da cidadania favorável ao processo de integração regional, com valorização da diversidade cultural; a promoção de uma educação de qualidade para todos na região e políticas de formação e capacitação de recursos humanos competentes; e a conformação de um espaço educacional regional de cooperação solidária (MERCOSUL/SEM, 2001. p. 04). Acerca das metas estabelecidas, o plano propôs abarcar três modalidades específicas: a educação básica, a educação tecnológica e a educação superior. Para a educação básica, as metas fixadas foram justificadas levando em consideração a necessidade de melhoria da educação, com ênfase nas aprendizagens e gestão participativas e contextualizadas, atrelada a práticas pedagógicas mais centradas em conteúdos relevantes e o empenho por parte da

gestão escolar em reconhecer a escola como um espaço cultural . Sobre as metas estabelecidas, foi definido que até a finalização da vigência do plano de ação os agentes envolvidos se comprometem em:

- Construir uma rede de instituições que permita o intercâmbio de experiências e a criação de um banco de informações sobre educação inclusiva;
- Implementar um curso de capacitação regional para professores de História e Geografia;
- Consolidar o ensino sistemático de idioma oficial estrangeiro em todos os países;
- Assegurar a mobilidade estudantil da região e selar um acordo com essa finalidade, através do Convênio Andrés Bello⁶;
- Desenvolver seminários sobre o ensino de História e Geografia;
- Criar um programa de intercâmbio para docentes.

Para a educação tecnológica, foi levado em consideração a necessidade em avançar no campo científico-tecnológico e realizar mudanças que atendam às demandas do mundo do trabalho, que exige dos indivíduos envolvidos uma formação contínua, focada na geração de conhecimentos, atitudes, valores e competências condizentes à profissionalização. As metas para essa área foram:

- Harmonizar os perfis profissionais;
- Dispor de experiências inovadoras de capacitação, qualificação e profissionalização na área de formação profissional de adultos para a empregabilidade destes, conforme as demandas de seu país;
- Consolidar processos de difusão e expansão de experiências exitosas que vinculam a escola com o setor produtivo;
- Circular materiais didáticos, informações e experiências, produzidos e intercambiados durante a vigência do plano.

Sobre a educação superior, justifica-se a criação das metas tendo em vista a necessidade de gerar e difundir conhecimento que contribua para a construção de uma sociedade justa e o desenvolvimento da região. Suas metas foram:

- Criar um sistema de acreditação de diplomas para facilitar a mobilidade na região;
- Estimular os processos de avaliação com o intuito de elevar a qualidade educacional;
- Construir um espaço comum regional na educação superior por meio dos processos de mobilidade que contarão com intercâmbio de docentes e estudantes, sistema de transferência de créditos e

⁶ O Convênio Andrés Bello - CAB é um organismo intergovernamental com estrutura jurídica internacional criado em janeiro de 1970. A organização tem por finalidade a integração educacional, científica, tecnológica e cultural entre os seus Estados Membros. Fazem parte do CAB os seguintes países: Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Espanha, Panamá, Peru e Venezuela. Mais informações sobre o convênio estão em seu site institucional. Disponível em: <<http://convenioandresbello.org/cab/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

recuperação de programas já existentes na região, potencializando-os e expandindo as relações entre universidades e outras associações;

- Recuperar experiências já consolidadas nas universidades e estimular novas ações como o desenvolvimento de programas de colaboração de graduação e pós-graduação, programas de pesquisas conjuntas e construção de redes de excelência.

Ao final da vigência do 3º Plano deveria-se ter alcançado um sistema experimental de acreditação para a Engenharia, Agronomia e Medicina; ampliado sua aplicação em outras áreas; ter aprovado um acordo de acreditação de diplomas de graduação; ter aprovado um acordo de mobilidade; estar em funcionamento um programa de mobilidade para estudantes, docentes e pesquisadores; ter aprovado um acordo para validação dos títulos de nível superior para continuidade dos estudos nos países da região. Além destes aspectos, esse plano de ação ainda definia a criação de um Sistema de Informação e Comunicação (SIC), com o objetivo difundir a comunicação e a informação das ações do SEM e construir uma base terminológica do setor. Além do SIC, também foi criado um Mecanismo Experimental de Acreditação de Carreiras de Graduação (MEXA), na intenção de desenvolver uma ferramenta para acreditação dos cursos de graduação dos Estados-Partes e Associados, buscando, além da certificação, a excelência acadêmica. O MEXA foi introduzido no Plano Operacional do SEM e teve sua versão final aprovada em 2002.

Com isso observa-se que o 3º Plano de Ação do SEM ampliou e aprimorou os mecanismos de atuação do setor, priorizando as seguintes áreas: avaliação educacional e cooperação inter-universitária. No entanto, ainda permaneceram como desafios a difusão do idioma oficial estrangeiro do bloco e a harmonização dos sistemas de ensino.

► 4º PLANO (2006-2010)

Na época da assinatura do 4º Plano de Ação os presidentes dos Estados Partes e Associados eram Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Néstor Kirchner (Argentina), Nicanor Duarte (Paraguai), Tabaré Vasquez (Uruguai), Evo Morales (Bolívia) e Ricardo Lagos (Chile). A exceção do Chile e do Paraguai, todos os demais são representantes da chamada “*guinada à esquerda*” ou “*onda rosa*” na América Latina⁷. Nesse período, os Ministros da Educação que assinaram o Plano eram o advogado e professor universitário Fernando Haddad (Brasil), o sociólogo Daniel Filmus (Argentina), a política Blanca Ovelar (Paraguai), o professor universitário Jorge Brovetto (Uruguai),

⁷ Expressões usadas pelos pesquisadores da Universidade de Nottingham, na Inglaterra, que em janeiro de 2010 se reuniram para tentar fornecer uma explicação política para a série de vitórias eleitorais da esquerda (ou centro-esquerda) na maior parte dos países latino-americanos. Confira Lambert (2010).

a professora universitária Magdalena Cajías (Bolívia) e o engenheiro Sergio Bitar Chacra (Chile). Três dos seis eram professores, ainda que em âmbito universitário.

O 4º Plano de Ação destaca que o MERCOSUL não está fundamentado apenas na construção de um mercado comum, mas na necessidade de realizar mudanças significativas em sua estrutura, tendo ainda a educação como condição para fortalecer o processo integrador e para assegurar sua irreversibilidade, o que coaduna com as pautas políticas dos governos envolvidos. Nessa perspectiva, o documento propõe uma inversão educativa como aposta para transformação da educação na região, assumindo a existência de assimetrias e inequidades apesar da tentativa de mudança de cenário e apontando-a como caminho a retomada da valorização da carreira docente. Para isso, o documento ressalta a necessidade de criação de um fundo de financiamento do SEM a partir de aportes nacionais, com possibilidade de receber recursos oriundos de outros organismos nacionais e internacionais, bem como de setores não-governamentais e privados (MERCOSUL/SEM, 2006). Entre os resultados esperados estavam:

- Conformar redes de especialistas em História e Geografia;
- Incluir conhecimentos de História e Geografia nos currículos regionais;
- Disponibilizar no SIC os materiais produzidos nos encontros e seminários de História e Geografia;
- Promover formação e capacitação docente com foco na integração regional;
- Criar programas de escolas-gêmeas em zonas de fronteira;
- Produzir materiais didáticos para a educação para a paz, direitos humanos e meio ambiente;
- Fomentar o ensino de Espanhol e Português como segunda língua;
- Incorporar o Programa de ensino dos idiomas oficiais do MERCOSUL às propostas educativas dos Estados-Partes e Associados;
- Realizar encontros para a troca de experiências sobre educação não formal de jovens e adultos;
- Acordar indicadores de educação técnica;
- Realizar intercâmbios de experiências em educação à distância;
- Desenhar um sistema de reconhecimento e certificação de competências em nível regional;
- Implementar procedimentos de acreditação de cursos de graduação no MERCOSUL, respeitando a normativa de cada país;
- Elaborar um sistema de acreditação de estudos de pós-graduação;
- Implementar mecanismos de avaliação da qualidade da educação superior;
- Realizar estudos, levantamentos e pesquisas sobre a realidade educacional na região;
- Implementar redes de centro de formação docente;
- Implementar programas de mobilidade de docentes e estudantes de pós-graduação.

Como estratégia para atingir esses resultados o 4º Plano de Ação definiu a criação de Comissões Coordenadoras de Áreas, divididas em Educação Básica, Educação Tecnológica e Educação Superior; do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA), em parceria com a Organização dos Estados Independentes (OEI); do Sistema de Acreditação de Cursos Universitários do MERCOSUL (ARCU-SUL); e do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (FEM). No documento as metas foram subdivididas em uma planilha por comissão, coordenação e órgãos responsáveis.

Apesar de propor se diferenciar dos governos anteriores, as metas apresentadas destacam a permanência de grande parte dos objetivos dos planos anteriores, como a preocupação com o ensino de História e Geografia para a integração regional, com o ensino do idioma oficial estrangeiro em todos os países, com a implementação de um sistema de acreditação de diplomas e com o incentivo à mobilidade de estudantes e docentes, de graduação e pós-graduação. A diferença está no objetivo de vincular a escola com o setor produtivo, que marcou o 3º Plano e não aparece no 4º, e na criação de programas específicos e mais concretos no 4º Plano, como o MARCA, o ARCU-SUL e as chamadas Escolas-Gêmeas de fronteira. Ainda assim, é possível apontar que existe certa continuidade e convergência no estabelecimento de metas para o Setor, mesmo com a *guinada à esquerda* entre os presidentes e ministros dos Estados-Partes e Associados.

► 5º PLANO (2011-2015)

Durante a assinatura do 5º Plano de Ação do SEM os presidentes dos Estados-Partes e Associados eram Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), Cristina Kirschner (Argentina), Fernando Lugo (Paraguai), Jose Mujica (Uruguai), Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Sebastian Piñera (Chile), mantendo a *guinada à esquerda*, mesmo com as mudanças na Argentina e no Uruguai e ainda com o incremento do Paraguai e da Venezuela - esta última que à época integrava o bloco como Estado-Parte. Os Ministros da Educação que assinaram o documento eram o advogado e professor universitário Fernando Haddad (Brasil), o professor Alberto Sileoni (Argentina), o professor Luis Alberto Riart Montaner (Paraguai), o professor universitário Ricardo Ehrlich (Uruguai), o professor universitário Edgardo Ramirez (Venezuela), o professor universitário Ricardo Aguilar (Bolívia) e o economista Harald Beyer (Chile). Permaneceu então entre o 4º e o 5º Plano apenas o ministro do Brasil, Fernando Haddad. Neste grupo, seis dos sete participantes eram professores universitários.

O 5º Plano de Ação tratou de consolidar a estrutura orgânica do SEM, além de criar novas comissões e comitês, como o Comitê Assessor de Políticas Linguísticas (CAPL) e a Comissão Regional Coordenadora de Formação Docente (CRC FD) (MERCOSUL/SEM, 2011). Neste sentido, os objetivos e metas do plano foram definidos de acordo com necessidade de cada organismo criado. Entre elas destacam-se:

- Utilizar ferramentas que agilizem o acesso à informação referente aos acordos, ações e documentos aprovados pelo SEM;
- Produzir conteúdos sobre a integração regional para a difusão dos sistemas educacionais;
- Produzir informação sobre a problemática educacional e seu impacto sobre a integração regional;
- Reconceitualizar a noção e a definição de status das línguas no contexto regional;
- Organizar eventos para promover a conscientização acerca da diversidade linguística;
- Capacitar os quadros profissionais dos países da região;
- Elaborar um projeto multinacional para fortalecer os mecanismos de participação de jovens no processo de promoção de cidadania regional;
- Institucionalizar o concurso anual “Caminhos do MERCOSUL”;
- Institucionalizar o Parlamento Juvenil do MERCOSUL;
- Reformular o Programa Escolas Interculturais Bilingües de Fronteira e elaborar mecanismos próprios de avaliação do programa.

O 5º Plano mantém a continuação das ações definidas anteriormente, com maior destaque para a questão das Línguas, que permanece um desafio desde o 1º Plano. O que se destaca neste Plano é a preocupação, pela primeira vez, em avaliar o impacto da educação sobre a integração regional, o que poderia dar a exata medida das perspectivas para o Setor. Alinhado a isso, propõe-se a criação de um sistema de monitoramento e avaliação que permita acompanhar as ações estabelecidas, identificar problemas de desempenho ao longo do período e proceder os ajustes quando necessários, para que, ao final da vigência do plano, todos os objetivos e ações sejam efetivamente implementados.

Como conquistas do plano anterior o 5º Plano destaca a formalização recente do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL (FEM); o estreitamento das relações do SEM com a OEI, UNASUL, UE, UNESCO e OEA; a assinatura de acordo com a UE para a criação do Programa de Mobilidade do MERCOSUL (PMM); a realização de reuniões de diversos grupos de trabalho, como o de materiais didáticos em direitos humanos e o de bibliotecas escolares; a realização de seminários sobre Patrimônio Indígena; a institucionalização do Programa “Caminhos do MERCOSUL”; e a realização da primeira edição do Parlamento Juvenil do MERCOSUL.

A partir daí é possível afirmar que o 5º Plano também segue o caminho trilhado pelos anteriores, institucionalizando o que foi criado e renovando as estratégias para o que permanece como desafio. Mas à diferença dos anteriores, destaca-se com mais ênfase as desigualdades nos resultados educacionais e a situação vulnerável de populações historicamente excluídas. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de se ampliar a vinculação da educação com o trabalho, levando-se em consideração as questões geográficas e sociais, à semelhança dos primeiros planos.

► 6º PLANO (2016-2020)

No ano de assinatura do 6º Plano de Ação do SEM, em vigência atualmente, os presidentes dos Estados-Partes e Associados eram Dilma Rousseff (Brasil), Cristina Kirschner (Argentina), Horacio Cartes (Paraguai), Jose Mujica (Uruguai), Nicolás Maduro (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Michelle Bachelet (Chile), mantendo a guinada à esquerda entre cinco dos sete governantes do bloco. Os Ministros da Educação que assinaram o Plano eram o professor universitário Renato Janine (Brasil), o professor Alberto Sileoni (Argentina), a psicóloga Marta Lafuente (Paraguai), a médica María Julia Muñoz (Uruguai), o líder de movimento estudantil e advogado, Héctor Rodríguez (Venezuela), o professor universitário Ricardo Aguillar (Bolívia) e o economista Nicolás Eyzaguirre Guzmán (Chile). Entre o 5º e o 6º Plano permaneceu o ministro argentino, o professor Alberto Sileoni. Deste grupo, apenas 3 são professores e no Chile o cargo de ministro da educação permaneceu à cargo de economistas.

No 6º Plano, as metas agora denominadas “prioridades” foram atreladas a quatro eixos: 1) Geração e difusão de conhecimento; 2) Mobilidade para a integração regional; 3) Qualidade e Equidade; e 4) Inclusão e Participação Social (Ata nº 02/15 0 MERCOSUL/CMC/GMC/XLVIII RME).

No eixo “Geração e difusão de conhecimento” as prioridades são:

- Promover intercâmbio de experiências socioeducativas da primeira infância;
- Criar marco regional de qualificação profissional de disciplinas para a vinculação dos sistemas educacionais com o mundo do trabalho;
- Difundir pesquisas e publicações.

No eixo “Mobilidade para a integração regional”, por sua vez, as prioridades são:

- Criar redes de instituições técnicas de fronteira e de instituições formadoras de docentes;
- Implementar um sistema integrado de mobilidade do MERCOSUL;

- Institucionalizar mecanismos de reconhecimento/homologação de estudos para a educação Básica, Secundária, Técnica e Superior.

No eixo “Qualidade e Equidade” as prioridades são:

- Ampliar o sistema ARCU-SUR, incorporando um maior número de países, carreiras e IES;
- Estabelecer novos critérios de qualidade para as titulações de Farmácia, Geologia e Economia;
- Desenvolver de estratégias de apoio à implementação de políticas públicas de educação na primeira infância;
- Desenvolver indicadores regionais para o Marco de Ações da Educação 2030;
- Incorporar indicadores de Qualidade Educacional do PISA nos Indicadores Estatísticos do Sistema Educacional do MERCOSUL;
- Desenvolver ferramentas para medir a qualidade da formação docente, inicial e continuada.

E, por fim, no eixo “Inclusão e Participação Social” as prioridades são:

- Institucionalizar e consolidar Programas Regionais, como o Parlamento Juvenil do MERCOSUL, o Projeto Caminhos do MERCOSUL, as Escolas Interculturais de Fronteira e o desenvolvimento de oportunidades de inclusão e participação para a atenção às necessidades socioeducativas.

O 6º Plano não propôs a criação de programas e comissões, tampouco de extinção daqueles criados anteriormente. Se dedicou apenas em expandir, institucionalizar e sistematizar os programas já existentes. Como conquistas, além das já mencionadas nos planos anteriores, destaca-se a realização de seminários sobre o Programa de Apoio ao Setor Educacional do Mercosul (PASEM), criado em 2010 em parceria com a União Europeia (UE), com objetivo de desenvolver ações que contribuam para a melhoria da formação inicial e para o desenvolvimento profissional dos docentes na região, focando no desenho e a gestão das políticas públicas para a formação e o desenvolvimento profissional docente, o reconhecimento de estudos, a aprendizagem de espanhol e português como línguas estrangeiras, a alfabetização e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para o ensino e aprendizagem e a consolidação dos vínculos institucionais.

CONCLUSÕES

Os seis Planos de Ação analisados possuem em comum a defesa da integração regional, tendo a educação como protagonista para sua efetivação. Observa-se nos primeiros planos (1992-1997, 1998-2000, 2001-2005) a defesa da educação direcionada para o mundo do trabalho, onde a qualificação da mão de obra se mostrava importante para atender às necessidades do mercado. Nos demais Planos, após a *guinada à esquerda* entre os presidentes da região, essa

tendência não se verifica. O intercâmbio de experiências, professores, estudantes e pesquisadores também se apresenta como algo importante para o SEM, já que este tema está presente em todos os planos de ação desenvolvidos, da mesma forma que o bilinguismo. E, exatamente por serem citados em todos os Planos de Ação como algo importante no processo de integração regional e consolidação das propostas e ações do setor, observa-se a dificuldade de sua efetivação.

Os programas de acreditação e validação de diplomas, bem como os acordos firmados com finalidades laborais entre os Estados-Partes e Associados do MERCOSUL, desenvolvidos ao longo dos 27 anos de criação do SEM, demonstram o interesse no trânsito de profissionais, acadêmicos ou profissionais de outras áreas entre os países. Os Planos também destacam expectativas quanto ao financiamento, governamental ou privado / nacional ou internacional para o Setor, a fim de colocar em prática as ações propostas.

Sobre os agentes políticos envolvidos na elaboração dos Planos, observa-se que existe uma grande rotatividade. As pessoas que participam das reuniões são, em sua maioria, advogados, sociólogos, economistas, médicos e alguns professores universitários, mas pouquíssimos efetivamente relacionados à área de Educação.

Sobre as metas em destaque, além do que já foi comentado, destaca-se que desde o primeiro plano repetem-se três pontos centrais, o que talvez seja um grande indicativo das dificuldades sua concretização:

1. Fortalecimento da consciência cidadã favorável ao processo de integração regional que valorize a diversidade cultural;
2. Promoção de uma educação de qualidade para todos na região e de políticas de formação e capacitação de recursos humanos competentes
3. Conformação de um espaço educacional regional de cooperação solidária.

Sobre as áreas priorizadas, cada plano prioriza alguns destaques. No 1º Plano o foco está na educação básica, com a integração de currículos, e na educação superior, com o reconhecimento de títulos e promoção da mobilidade; no 2º, o foco está na educação tecnológica; no 3º na educação da primeira infância e na criação de programas para escolas de fronteira; no 4º observa-se a criação de Comissões Coordenadoras de Áreas para Educação Básica, Tecnológica e Superior e de programas como o MARCA; no 5º o enfoque está na produção de conteúdos com ênfase na integração regional e na difusão das línguas oficiais do bloco (Português e Espanhol); e no 6º, o destaque está na expansão e gestão dos programas e comissões já existentes.

Em todos esses 27 anos as maiores conquistas do setor podem ser destacadas pela criação e consolidação de programas como o MARCA, MEXA, ARCU-SUL e PASEM. Além disso,

destaca-se a manutenção das Reuniões de Ministros da Educação nos períodos acordados; a manutenção do Comitê Coordenador Regional (CCR), das três Comissões Regionais Coordenadoras de Áreas (CRC) e do Sistema de Informação e Comunicação (SIC); a consolidação do Fundo de Financiamento do Setor Educacional do MERCOSUL; a criação das Bibliotecas Escolares do MERCOSUL; as edições do concurso “Caminhos do MERCOSUL”; os seminários e encontros promovidos pelo SEM voltados para o ensino de História e Geografia; e a formação docente para o ensino de Espanhol e Português como línguas estrangeiras. Os principais desafios estão, como indica a análise dos documentos, na redução das assimetrias e iniquidades entre os países envolvidos e na difusão das línguas oficiais. O ensino de Espanhol no Brasil nunca se consolidou plenamente, nem do Português nos demais países. Neste aspecto, cabe destacar que é muito difícil pensar em integração sem estratégias efetivas de comunicação, pois pensar a circulação de produtos, pessoas e conhecimento requer pensar como isso é apresentado, comunicado e compreendido.

Também permanece um desafio o reconhecimento de títulos acadêmicos entre os países do bloco, pois os programas criados ainda não estão devidamente implementados nos países, o que limita as possibilidades de mobilidade profissional. Além disso, esses programas priorizaram algumas poucas áreas, carecendo estudos sobre as demais áreas estratégicas, como a própria formação de professores e exercício docente, que não estão previstos nesses acordos. Outro ponto é a integração/compatibilização curricular, que nunca existiu. Já foram feitas inúmeras iniciativas de pensar currículos comuns para diferentes áreas na região, mas isso nunca foi implementado, especialmente porque as cláusulas de respeito à soberania nacional garantem que cada país decida o que e como ensinar, sem observar todos os tratados e documentos do bloco sobre esse tema.

Por fim, a análise dos Planos de Ação do SEM permite observar que a medida que mudam os governos presidenciais dos Estados-Partes e Associados, assim como seus respectivos ministros da Educação, mudam também os projetos para a educação no setor e as áreas priorizadas, ainda que se mantenham os objetivos primordiais do Setor e os programas criados. Enquanto nos três primeiros planos o foco estava em uma educação para o trabalho e criação de condições para a competitividade, nos Planos dos governos de Lula e Dilma, Néstor e Cristina Kirchner, Mujica, Evo Morales e Hugo Chávez observa-se a preocupação com grupos historicamente vulneráveis, o destaque para as assimetrias criadas pelos sistemas de ensino que precisavam ser resolvidas, a valorização e respeito à diversidade cultural e étnica em uma proposta de educação intercultural, a valorização dos direitos humanos, educação ambiental, educação para paz e respeito à democracia.

A próxima reunião de Ministros para traçar novas metas para o Setor será em 2021 e quem participará serão os Ministros da Educação dos governos vigentes. O Brasil já trocou de ministro duas vezes desde a posse do presidente Jair Bolsonaro, que inclusive tem feito muitas declarações contrárias ao bloco. Recentemente, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, informou que o Brasil não participará das Reuniões de Ministros do SEM, passando a tratar dos assuntos relacionados à educação apenas de maneira bilateral⁸. Do Paraguai irão os representantes do governo de Mario Abdo Benítez e, da Argentina, os representantes do novo governo eleito de Alberto Fernández - o único representante da chamada *guinada à esquerda*. O segundo turno das eleições no Uruguai resultaram na vitória de Luis Alberto Lacalle Pou, candidato de centro-direita, após quinze anos de governos de esquerda e os Estados Associados - Chile e Bolívia - estão passando por uma intensa convulsão social, duramente reprimida pelas forças armadas. Nesse cenário um tanto quanto caótico definitivamente não se sabe o que esperar para a educação no bloco. Se o fluxo acompanhar as discussões nacionais atuais, pode-se ter a definição de metas que incorporem os objetivos do Movimento Escola Sem Partido e a privatização do ensino superior. O fluxo a ser seguido pelo Setor dependerá das medidas a serem tomadas no Chile e na Bolívia. E aí, mais do que nunca, reconhecemos a importância de pensar em bloco, pois a esperança está nos vizinhos.

⁸ A informação foi veiculada em diversos jornais e sites do país. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-vai-deixar-area-da-educacao-do-mercosul-diz-weintraub-24108435>> Acesso em: 02 dez. 2019

REFERÊNCIAS

CERVO, A. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

DUMÉNIL G.; LÉVY, D. Neoliberalismo - Neo-imperialismo. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1, a. 29. 2007.

IBARRA, D. O neoliberalismo na América Latina. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 2, 2011.

LAMBERT, R.. A onda rosa. **Le Monde Diplomatique**. Ed. 33. Abril, 2010. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-onda-rosa>>. Acesso em: 15 out. 2019.

LEME, A. A. S. P. **A Declaração do Iguazu: a nova cooperação argentino-brasileira**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARTINEZ, E. D. M.; OLIVEIRA, T. F. Políticas neoliberais na América Latina: uma análise comparativa dos casos no Brasil e Chile. **Revista de Estudos Internacionais**, João Pessoa, v. 7, n. 1, 2015.

MONTE, D. S; ANASTASIA, F. Cláusula Democrática do MERCOSUL: indefinição conceitual e uso estratégico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, n. 62, 2017.

PENNAFORTE, C.; MARTINS, M. A. F. MERCOSUL, 25 anos depois: os problemas estruturais e o impacto da mudança de conjuntura. **Revista L’Espace Politique**, n. 31, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacepolitique/4180>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

PORTELLA, P. Ajustamento da América Latina: Crítica ao modelo de Washington. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, n. 32, 1994.

SILVEIRA, Z. S. Setor Educacional do MERCOSUL: convergência e integração regional da educação superior brasileira. **Revista Avaliação**, Sorocaba, v. 21, n. 3, 2016.

DOCUMENTOS ANALISADOS

MERCOSUL. Setor Educacional. **Protocolo de Intenções**. Brasília: MERCOSUL. SEM, 1991.

MERCOSUL. Setor Educacional. **Compromisso de Brasília**. Brasília: MERCOSUL. SEM, 1998.

MERCOSUL. Conselho do Mercado Comum. **Decisão n. 13/1998**. Plano Trienal e Metas do Setor Educacional. Rio de Janeiro: MERCOSUL. CMC, 1999.

MERCOSUL. Setor Educacional. **Plano Estratégico 2001- 2005**. Assunção: MERCOSUL. SEM, 2001.

MERCOSUL. Setor Educacional. **Plano do Setor educativo do MERCOSUL 2006-2010**. Buenos Aires: MERCOSUL. SEM, 2006.

MERCOSUL. Setor Educacional. **Plano de Ação 2011-2015**. Montevideú: MERCOSUL. SEM, 2011.

MERCOSUR. Sector Educativo. **Plan de Acción del Sector Educativo del Mercosur 2016-2020**. In: Acta. Nº 2/2015. Acta de la XLVIII Reunión de Ministros de Educación del Mercosur. Asunción: MERCOSUR. SEM, 2015.